CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

REQUERIMENTO Nº 137 / 2024

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, nos termos regimentais, que seja expedido ofício à Procuradoria Municipal Consultiva, solicitando que esta forneça respostas aos principais questionamentos levantados durante a Audiência Pública realizada em 26/03/2024, às 18:00h, no plenário desta Câmara Municipal, com objetivo explicar o Projeto de Lei 30/2024, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a concessão de auxílio transporte para alunos do município de itabirito e dá outras providências.

Os principais questionamentos apontados foram os seguintes:

- ✓ Por que a decisão de acabar com o transporte ou de implementar análises socioeconômicas para novos usuários está sendo considerada agora? Houve algum evento ou mudança específica que motivou essa decisão?
- ✓ Qual foi o processo de tomada de decisão que levou à proposta de acabar com o transporte ou de implementar análises socioeconômicas para os novos usuários? Houve consulta à comunidade, incluindo alunos e suas famílias, antes de chegar a essa conclusão?

- ✓ Como a prefeitura está considerando os impactos socioeconômicos e as necessidades dos alunos e suas famílias ao tomar essa decisão? Foram realizados estudos ou análises para entender melhor as consequências dessa medida para os estudantes menos privilegiados?
- ✓ Quais são os critérios propostos para as análises socioeconômicas dos novos usuários do transporte intermunicipal? Como esses critérios foram desenvolvidos e qual é o objetivo por trás de sua implementação?
- ✓ Como a prefeitura planeja garantir que a decisão de acabar com o transporte ou implementar análises socioeconômicas não prejudique o acesso igualitário à educação para todos os alunos, independentemente de sua situação financeira?
- ✓ Existem alternativas sendo consideradas para garantir que os alunos que dependem do transporte intermunicipal não sejam privados desse serviço essencial devido a restrições financeiras?
- ✓ Qual é a justificativa para cortar benefícios que historicamente foram fornecidos aos alunos para acessar educação fora do município? Quais são os potenciais impactos negativos dessa medida na busca pelo ensino em instituições fora da cidade?
- ✓ Como a prefeitura pretende lidar com as preocupações e objeções levantadas pela comunidade em relação a essa decisão? Há espaço para revisão ou ajuste da política proposta com base no feedback recebido?
- ✓ Quais são os planos para comunicar essa decisão aos alunos e suas famílias, especialmente aqueles que serão afetados diretamente por ela? Serão fornecidos recursos ou

apoio para ajudar os alunos a encontrar soluções alternativas, se necessário?

- ✓ Qual é a visão de longo prazo da prefeitura em relação ao acesso à educação fora do município e ao transporte intermunicipal para os alunos? Como essa decisão se alinha com essa visão e com os valores de igualdade de oportunidades educacionais?

Os questionamentos levantados durante a referida audiência são de extrema relevância para a comunidade e demandam esclarecimentos por parte do órgão competente, a fim de promover transparência e garantir o adequado direcionamento das políticas públicas relacionadas ao transporte escolar em nosso município.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e diligência na tramitação deste pedido, visando o interesse público e o pleno exercício da democracia em nossa comunidade.

Sala de reuniões, 1 de abril de 2024.

Daniel Sudano Ribeiro Franzen de Lima
PRESIDENTE

Edson Gonçalves Júnior
VICE-PRESIDENTE

Paulo César Teixeira
RELATOR

DEFERIDO
EM 01/04/24
PRESIDENTE